



ASCEMA Nacional repudia a PEC da Blindagem

Parlamentares acusados e condenados por crimes ambientais também seriam protegidos pela PEC

A ASCEMA Nacional manifesta repúdio à chamada PEC da Blindagem, também conhecida como PEC da Bandidagem. A proposta, aprovada na Câmara dos Deputados, amplia o foro privilegiado e transfere ao próprio Congresso o poder de decidir se parlamentares podem ou não ser processados pelo Supremo Tribunal Federal, criando um escudo de impunidade. O voto secreto para tais deliberações agrava ainda mais o cenário, impedindo que a sociedade fiscalize a conduta de seus representantes e abrindo espaço para acordos de bastidores.

A blindagem proposta não se restringe a casos de corrupção ou crimes comuns: ela também protege parlamentares acusados de graves crimes ambientais. Levantamento da **Repórter Brasil** (2022) mostrou que ao menos 16 deputados federais acumulavam mais de **R\$ 1 milhão em multas ambientais do Ibama**, por infrações como desmatamento, pesca ilegal e construção irregular em áreas de preservação. Entre eles estão nomes como **Gutemberg Reis**, multado em R\$ 800 mil por empreendimento em área protegida, e **Luciano Bivar**, autuado por construção irregular. Casos emblemáticos envolvem ainda **Nelson Barbudo**, que recebeu multa por desmatamento, e **Washington Reis**, condenado pelo STF por crime ambiental.

O caso de **Jair Bolsonaro** também merece destaque. Em 2012, quando ainda era deputado federal, foi multado em R\$ 10 mil por pesca ilegal na Estação Ecológica de Tamoios (RJ), unidade de conservação federal. A autuação foi contestada por anos, mas revalidada pelo Ibama em 2023.

Além de ferir a democracia, essa PEC é um instrumento de autoproteção de políticos que já demonstraram desprezo pela legislação ambiental e pelo interesse público. Blindar tais condutas significa perpetuar a destruição ambiental, a desigualdade perante a lei e a desmoralização das instituições.

Por isso, a ASCEMA Nacional reforça o coro da sociedade e repudia esta PEC da Blindagem, a verdadeira PEC da Bandidagem.

Brasília, 19/09/2025

ASCEMA Nacional